

MP do Auxílio Brasil não detalha fontes de custeio

Medida provisória não define fontes de custeio, valores dos benefícios e condições para acesso ao substituto do Bolsa Família. **PÁGINA 13**

VITRINE ELEITORAL

AMPLO E INDEFINIDO

Governo apresenta Auxílio Brasil com vários benefícios, mas sem fonte de recurso

GERALDA DOCA E FERNANDA TRISOTTO
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

Após meses de debate sobre a reformulação do Bolsa Família, o que representaria uma marca mais permanente do governo Jair Bolsonaro em política social, o presidente apresentou ontem ao Congresso a medida provisória (MP) do Auxílio Brasil. O novo programa tem o papel de fornecer ajuda aos vulneráveis após o fim do auxílio emergencial e deve servir como vitrine eleitoral na campanha de 2022. Em razão disso, o governo apresentou um conjunto amplo de propostas e benefícios, mas não detalhou o valor que será pago aos beneficiários, a fonte de recursos, as condições para que as famílias sejam elegíveis e nem mesmo os critérios que serão considerados em iniciativas como as que premiam o desempenho do estudante ou que concedem bônus a quem conseguir emprego formal enquanto estiver enquadrado no programa.

Com a promessa de entrar em vigor em novembro — após o fim do auxílio emergencial —, os detalhes do programa serão finalizados somente em outubro. O governo afirma que o objetivo é fazer com que cerca de 17 milhões de famílias venham a receber o benefício, mais que as atuais 14,6 milhões do Bolsa Família. Outra meta é ampliar o valor médio do benefício em 58,7%, passando de R\$ 189 para R\$ 300. Porém, os detalhes podem fa-

zer a diferença. Os reajustes não serão lineares e, dependendo do caso, a família pode receber um valor inferior ao que obtém atualmente, adiantou o ministro da Cidadania, João Roma, prometendo que haverá uma compensação temporária nesses casos.

Bolsonaro levou pessoalmente o projeto ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Na caminhada entre os dois Poderes, voltou a defender que o reajuste no valor do benefício fosse de 100%, para chegar aos R\$ 400 mensais, mas ele próprio admitiu que isso seria difícil. Previsões do governo estimam que o gasto com o programa será entre R\$ 53 bilhões e R\$ 56 bilhões, partindo do orçamento do Bolsa Família na casa dos R\$ 30 bilhões anuais.

— Não podemos deixar desassistidos os mais vulneráveis. Já decidido por nós uma proposta mínima (de aumento) de 50% para o Bolsa Família, que agora chama-se Auxílio Brasil — disse Bolsonaro.

LINHA DE POBREZA

A principal indefinição é a do reajuste dos valores da linha de pobreza no programa por integrante familiar por mês, hoje em R\$ 89 (extrema pobreza) e R\$ 178 (pobreza). Além de ser a base para o pagamento do benefício, os valores determinam quantas famílias terão acesso ao programa.

Esses números serão regulamentados posteriormente, assim como os novos auxílios, como uma Bolsa de Iniciação

Científica e o Auxílio Esporte Escolar. Não se sabe o valor de nenhum deles nem a fonte de recursos. Há pelo menos um ano a equipe econômica discute o formato de um programa substituto do Bolsa Família, mas sempre esbarrou na escassez de recursos e na resistência do governo para cortar despesas. Desta vez, a aposta é viabilizar a expansão da política social com um parcelamento de precatórios — dívidas judiciais sobre as quais não há possibilidade de recurso. Para isso, será necessário aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que pode liberar R\$ 40 bilhões do Orçamento de 2022. O governo apresentou os dois projetos simultaneamente, mas a PEC ainda tinha detalhes a definir até a noite de ontem.

Segundo o ministro, o valor que será pago aos beneficiários será definido somente no fim de setembro, e o plano da pasta é regulamentar os benefícios até outubro.

— Apresentamos apenas os parâmetros do programa — disse Roma, da Cidadania, que destacou que o Auxílio Brasil ficará dentro do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas. — Nenhuma possibilidade sobre sair do teto de gastos foi elencada em minhas reuniões com o Ministério da Economia. O programa Auxílio Brasil estará

dentro do teto, observando a responsabilidade fiscal.

A professora da FGV Cecília Machado afirma que a falta de informações sobre os valores não impede apenas a avaliação do impacto fiscal, mas também da efetividade. Ela questiona se há estudos sobre os novos benefícios e quantas famílias seriam contempladas:

— Tudo vai depender da calibragem. Quem vai se beneficiar dos novos auxílios? É assim que se faz a avaliação do impacto fiscal, da incidência, de quem vai melhorar ou piorar.

Para o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, acumular tantos penduricalhos no novo programa não é sinônimo de efetividade no combate à pobreza. Ele vê uma linha eleitoral e assistencialista, mesmo com o debate sobre portas de saída do programa, como o bônus para emprego formal:

— Criar prêmio de performance escolar, voucher de primeira infância fazem sentido, mas são coisas pequenas, mais peça de propaganda. Dá a impressão de uma árvore de Natal que não vai ficar de pé muito tempo.

O CONJUNTO DE INICIATIVAS PROPOSTAS PELA MP**1****Auxílio Esporte Escolar**

Este benefício será voltado para adolescentes entre 12 e 17 anos e limitado a um beneficiário por família. O desenho diz que o pagamento será feito em doze parcelas mensais e mais uma parcela única. Não há definição do valor ou dos critérios para concessão.

2**Bolsa de Iniciação Científica Júnior**

Não há recorte de faixa etária nem detalhes sobre valores ou condições necessárias para ter direito. Cada estudante poderá receber uma bolsa, a ser paga em doze parcelas mensais e mais uma parcela única. Pode beneficiar várias crianças da mesma família.

3**Incentivos ao emprego e à produção rural**

Será criado o Auxílio Inclusão Produtiva Urbana: benefício de R\$ 200 mensais para quem estiver no Auxílio Brasil e conseguir emprego. Haverá ainda o Auxílio Inclusão Produtiva Rural, sem detalhes, para incentivar a agricultura familiar.

4**Auxílio Criança Cidadã ou voucher creche**

Para crianças entre 0 e 48 meses de idade, o auxílio será pago aos responsáveis que obtenham uma fonte de renda, mas não encontrem vaga em creches públicas ou privadas conveniadas. O valor e o limite de acúmulo por família ainda serão regulamentados.

OPINIÃO DO GLOBO**PEÇA DE PROPAGANDA**

ACOMPANHADO DE Paulo Guedes, Bolsonaro foi ontem à Câmara entregar a proposta do programa social com que pretende substituir o Bolsa Família, batizado "Auxílio Brasil".

É BEM-VINDA a mudança de opinião do presidente em relação aos programas sociais de transferência de renda, ferramenta crucial de combate à miséria num país como o Brasil.

HÁ, NO entanto, problemas de três naturezas distintas. Primeiro, a proposta não define o valor do benefício e não conta com recursos garantidos no Orçamento. Depende da aprovação da PEC dos Precatórios, também apresentada ontem, que prevê um calote inaceitável em dívidas do governo federal.

SEGUNDO, A proposta não tem foco. Engloba outras medidas, de voucher para creche a bolsas

de iniciação científica. "Dá impressão de que querem criar uma árvore de Natal que não ficará de pé muito tempo", diz Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas.

POR FIM, todo o atropelo tem como intenção apenas tentar melhorar as chances de Bolsonaro na eleição de 2022. Não passa de uma peça de propaganda.

5**Benefício Compensatório de Transição**

Direcionado para famílias que já recebiam o Bolsa Família e tiverem perda no valor do benefício ao serem enquadradas no Auxílio Brasil. Será pago até que haja aumento no valor recebido pela família ou que ela não se enquadre mais nos critérios do programa.



Compromisso. Bolsonaro apresentou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), medida provisória do novo Bolsa Família e PEC dos Precatórios: governo conta com parcelamento de pagamentos de dívidas